



MUNICÍPIO DE BARRANCOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois e vinte, nesta Vila de Barrancos, no auditório do Cineteatro de Barrancos, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os(as) senhores(as) Nelson José Costa Berjano, Presidente, José Domingos Mendes Marques, 1.º Secretário, Carla Elisa Bergano Gomes Pica, 2.º Secretário, Emílio Carvalho Domingues (CDU), Jacinto Manuel Jaramilho Mondragão (CDU), Inês Costa dos Santos (CDU), Domingos Maria Ruivo Pica (PS), Xavier Roque Cortegano (CDS-PP.PPD/PSD), Miguel Ângelo Segão Mondragão (PS), Manuel Fernandes Charrama (CDU), Davide Reganha Pica (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Maria Modesta Sena Infante Ramos (PS), João André Torrado Gomes (CDU) e Domingos Pelicano Mondragão (PS e Presidente da Junta de Freguesia de Barrancos), comigo, Francisco José Pelicano Rubio, Técnico Superior da UAF/SRHAG, servindo de secretário, teve lugar a terceira sessão ordinária de 2020, deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 11/2020, de 16 de junho.


PRESENÇAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença do Senhor Presidente, João António Serranito Nunes, da Senhora Vice-presidente, Maria Manuela Novalio Lopes, e dos(as) senhores(as) Vereadores(as), Dalila Maria Alcario Lopes (PS), Leonel Caçador Rodrigues (CDU) e José Manuel Côco Rodrigues (CDU).

FALTAS: Registou-se a ausência do cidadão, Francisco António Florido Coco Oliveira (eleito pela CDU), que até à presente data não justificou a sua falta.

OUTRAS PRESENÇAS: Registou-se ainda, a presença da Chefe da UAF, Lurdes Agulhas, da Coordenadora da UASC, Margarida Burgos, do Coordenador Municipal do SMPC, Carlos Pica e público em geral.

ABERTURA DA SESSÃO: O Senhor Presidente da Mesa, depois de justificar as faltas e verificar a presença dos restantes membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, declarou aberta a sessão.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, propôs a retirada do ponto cinco da Ordem de Trabalhos, o **“PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRANCOS E A ESTÊVA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE**



BARRANCOS PARA EFEITOS DE PARCERIA NO DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS E PROJETOS DE ÂMBITO CONCELHIO", o qual passará a constar das informações a dar à Assembleia Municipal, passando o ponto seis a ser o ponto cinco da respetiva Ordem de Trabalhos.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 05/06/2020: A ata da Assembleia Municipal, em referência, foi distribuída previamente a todos os membros, sendo pois dispensada a sua leitura, pelo que o senhor Presidente da Mesa a colocou à consideração dos membros.

Tomou a palavra o membro Davide Pica, referindo que na ata não consta a intervenção da segunda secretaria, tal como ela a apresentou na altura, faltando afirmações feitas por ela, não fazendo assim sentido a sua resposta.

Em resposta ao membro David Pica, a 2.ª Secretária, Carla Pica afirmou que não proferiu tal afirmação e que não permitirá ao membro David Pica, nem a ninguém, que ponha na sua boca palavras que nunca disse.

O membro Xavier Cortegano referiu que, poderá ter ouvido a palavra vergonha, mas não ouviu falar em fome, nem dizer que passavam fome.

O Presidente da Mesa também referiu que não se lembra de ouvir tal expressão e que, pela gravidade da mesma, não poderia ter passado despercebida.

Efetuados os devidos esclarecimentos, o senhor Presidente da Mesa a colocou à votação, tendo a ata da sessão ordinária realizada em 05/06/2020, sido aprovada por maioria, com cinco votos contra dos membros, Davide Pica, que apresentou declaração de voto, Xavier Cortegano, Inês Santos, João Gomes e Manuel Charrama, de acordo com o atrás exposto, uma abstenção do membro Emílio Domingues, por não ter estado presente nessa sessão, e os votos a favor dos restantes membros presentes.

"Transcrição da declaração de voto do membro Davide Pica:


Depois de analisar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Barrancos, realizada em 05-06-2020, apresento a seguinte declaração de voto.

"Bem sei que as actas são resumos do que aqui se diz mas uma coisa são resumos, outras são embelezar o que realmente foi dito, ora, a intervenção da secretária Carla Pica sobre os trabalhadores transfronteiriços, foi embelezada e não corresponde ao que ela disse, que foi, textualmente "que os trabalhadores transfronteiriços não tiveram vergonha de dizer na televisão que passavam fome e agora tem vergonha de ir pedir apoios" e não é isto que está na acta!"

Foi isso que foi dito e ao que eu respondi "que não tínhamos visto a mesma coisa e que o que tinha ouvido foi trabalhadores transfronteiriço exigindo a reabertura da fronteira e que estavam em risco de perder o trabalho."

Resposta que se encontra na acta e que perde todo o sentido com o que foi escrito na acta e que vai ao encontro do que realmente foi dito pela secretaria mas cuja versão, como referi, foi embelezada.

Assim sendo e por estes motivos aqui referidos, decido no uso das competências que me foram atribuídas, votar contra a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Barrancos, realizada em 05-06-2020."



2 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRANCOS E A ESTÊVA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BARRANCOS PARA EFEITOS DE PARCERIA NO DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS E PROJETOS DE ÂMBITO CONCELHIO: A Assembleia Municipal, tomou conhecimento do documento em título, tendo o membro Emilio Domingues, informado que iria fazer chegar aos serviços várias questões sobre este assunto.

3 - APRECIACÃO DE EXPEDIENTE DIVERSO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS: O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido, encontrando-se o mesmo em arquivo, nomeadamente:

- a) Do e-mail de 22/06/2020, da ANAM – Assunto: Divulgação do Guia Fiscal do Interior;
- b) Do ofício 6540, da Casa Civil do Presidente da Republica – Assunto: Agradece o envio da carta com a deliberação aprovada pela AMB em 05/06/2020.

Mais, o senhor Presidente da Mesa, informou que durante o período entre a última sessão e a atual não houve correspondência de grande relevância.

4 - PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Seguidamente, antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do Regimento da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa, anunciou a abertura de inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público.


Não havendo inscrições por parte do público presente, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, informou que iriam passar aos assuntos da Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA E ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: De acordo com a alínea c) n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se o seguinte resumo da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Barrancos, para conhecimento da Assembleia Municipal:

1 - Em reunião de Câmara realizada no dia 15/06/2020 e após conhecimento das últimas decisões governamentais, foi aprovada uma tomada de posição de todo o executivo, no qual manifestamos, mais uma vez, o nosso repúdio pela situação da abertura da fronteira de Barrancos. Informação que fizemos chegar aos vários ministérios, com conhecimento da Assembleia Municipal.

2 – Estão a decorrer as obras de substituição do ramal do complexo desportivo. Esta substituição deve-se a um conjunto de fatores antigos, que culminaram na substituição inadiável do ramal. Quando foram feitas as obras de remodelação do campo de futebol não houve o cuidado de colocar uma tubagem adequada ao tipo de equipamentos que iria servir e à pressão existente naquela zona. Foi colocada uma tubagem de jardim que, claramente,


não respondia às necessidades do local. As obras da 2.^a fase da Regeneração Urbana fragilizaram ainda mais a conduta com a passagem frequente das máquinas pesadas. Como também não houve o cuidado de modificar a conduta, nessa altura, os tubos começaram a deteriorar-se mais depressa, criando o problema que está à vista de todos. Temos vindo a tentar corrigir a situação ao longo de pequenas intervenções, chegando à conclusão que esta solução é insustentável e que era inadiável a sua substituição. Intervenção só foi possível efetuar com a integração no orçamento do Município, dos impostos do Estado, reforçando a rubrica necessária para a abertura do respetivo procedimento.

3 – Tendo em conta o que são as diretrizes da DGS sobre o funcionamento das piscinas, bem como a previsível abertura da fronteira e o elevado número de frequentadores habituais provenientes de Espanha, não nos parece indicado abrir ao público o espaço das piscinas. Aproveitaremos o período para manutenção e introduzir algumas melhorias na infraestrutura.


Ainda sobre as piscinas e sua envolvente a solução tomada para obviar à falta de água corrente é regar o espaço através de uma viatura adequada dos BVB, complementada com outros meios da CMB.

4 – No que respeita aos outros espaços verdes, irão ser introduzidas alterações, sobretudo ao nível da relva existente. A solução será, sempre que possível, o recurso às espécies autóctones e adaptadas ao meio, com o objetivo de poupança deste bem escasso que é a água.

5 – A candidatura do Projeto de Infraestruturas e Equipamento para o Ensino, ao abrigo dos fundos comunitários no âmbito da contratualização com a CIMBAL, integrada na Prioridade de Investimentos 10.05, foi aprovada na sua totalidade, no valor de 36.083,29€. Esta candidatura permitirá a aquisição de mobiliário para todas as salas de 1.º Ciclo, refeitório, laboratórios, material didático para a sala das AAAP, equipamento informático para a biblioteca e salas de aula do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, colmatando as necessidades existentes e garantindo um ensino de qualidade, com as condições de conforto, segurança e modernidade exigidas, na educação Pré-Escolar e em todo o Ensino Básico. Permite que toda a comunidade e todos os alunos do nosso Agrupamento de Escolas, independentemente do ciclo de ensino, possam usufruir destes equipamentos e melhorias.

6 – No âmbito da Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, de carácter excecional e temporário, que visa assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, afetadas pelo surto do vírus COVID-19, criada pela Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, a Câmara Municipal de Barrancos foram integrados até, ao momento, 14 pessoas.
(Doc. um da pasta anexa)

A Assembleia tomou conhecimento do Resumo do Diário da Tesouraria n.º 93 de 26/06/2020, assim como da relação de Dívida por Entidade Credora para 2020.
(Doc. dois e três da pasta anexa)



Mais, após o senhor Presidente da Câmara complementar a sua informação com alguns esclarecimentos verbais, o senhor Presidente da Mesa passou a palavra aos membros da Assembleia.

Solicitou a palavra o membro Emilio Domingues, que apresentou como requerimento o seguinte:


Serve o presente para, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 35 do Regimento, requerer à Mesa da Assembleia Municipal que me seja disponibilizada a informação abaixo referida, sobre todos os protocolos celebrados com A Estêva – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Barrancos, onde se inclui o referente ao anos de 2019 e 2020, sendo que o do ano em curso deverá ser entregue logo que concluído o ano:

Relatório pormenorizado com as ações desenvolvidas para a dinamização dos projetos com identificação de todos os beneficiários, quais os critérios de seleção dos indivíduos abrangidos pelas medidas e quais os efeitos a nível socioeconómico e de integração no mundo laboral, resultados concretos da aplicação das verbas, de acordo com a finalidade para as quais foram protocoladas. Deve ainda a entidade apresentar um relatório financeiro que demonstre onde utilizou os fundos concedidos pelo Município, bem como comprovativos dos pagamentos realizados no âmbito dos protocolos, nomeadamente os vencimentos, encargos sociais, seguros e outras despesas suportadas com as verbas concedidas pelo Município.

Continuou dizendo que: *sobre o assunto da candidatura que o senhor Presidente da Câmara, referiu ter sido submetida ao Alentejo2020, para recuperação das muralhas do Castelo, é com alguma estranheza que vemos que o Município de Barrancos celebrou um ajuste direto com a empresa Victor Mestre – Sofia Aleixo, Lda., cujo valor ascende a 19.720 euros, mais IVA.*

Ora resulta que dito trabalho já foi feito e faz parte integrante da candidatura “Recuperação do Castelo de Noudar”, submetida ao Aviso N.º ALT 20-14-2016V1, do Património Natural e Cultural do Alentejo2020, em Setembro de 2017, por parte do Município de Barrancos como é do vosso conhecimento, havendo registos nos serviços municipais de toda a documentação enviada. Dada a existência de todos os projetos que agora foram objecto de um novo ajuste directo, não se entende a razão de um novo procedimento com o mesmo fim, a menos que existam outros interesses! O referido projeto de arquitectura, projetos de especialidade e projeto de execução, relativos à intervenção integrada visando a reabilitação arquitectónica do Castelo de Noudar, bem como a recuperação do seu activo histórico-cultural, foram aprovados por UNANIMIDADE pelo anterior executivo em 12 de Julho de 2017. Previamente a DIRECÇÃO GERAL PATRIMÓNIO CULTURAL DO ALENTEJO, havia emitido através do ofício datado de 9-6-2017 parecer favorável sobre a proposta de Relatório Prévio e projetos apresentados, tendo em vista a recuperação e valorização do Castelo de Noudar, uma vez que se trata de uma zona de elevada sensibilidade arqueológica. Foi na mesma data consultada a CCDRA, a qual nada opôs relativamente à reabilitação ao aos projetos apresentados.

Parece que foram pois desbaratados dinheiros públicos apenas por birra pessoal ou vontade de não querer trabalhar com algo do passado.



Qual a argumentação jurídica/técnica que justificou o deitar “para o lixo” o projeto existente, quando o mesmo mereceu aprovação prévia da CCDRA e da Direcção Geral do Património Cultural?

É estranho que a nova candidatura ainda não tenha parecer da DGPC, se já foi submetida a candidatura?! e não tenha existido o cuidado em aproveitar o material existente.

Não seria preferível aproveitar o que está feito, em vez de gastar mais 20 mil euros??

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o problema do projeto existente para recuperação do Castelo é que este projeto não se adequava às patologias do monumento, nem servia os interesses de salvaguarda da fortaleza. Os trabalhos mais urgentes no Castelo de Noudar prendem-se com a recuperação e consolidação da muralha. O projeto anterior apenas tinha afeto 37.000,00€ (trinta e sete mil euros) para esses trabalhos, uma verba ridícula. A decisão de não aproveitamento do projeto foi porque, basicamente, o essencial não era tratado. Ou seja, a questão era e é estrutural, confirmada por vários especialistas. Não vale a pena fazer projetos de uso quando não há consolidação do existente.

Os pareceres da DRCALEN (2016 e 2017) para esse projeto foram “PARECER FAVORÁVEL CONDICIONADO” uma vez que as recomendações que eram feitas nunca eram seguidas.

Essa candidatura foi submetida a 30 de setembro de 2017, no valor de 662.393,44€, com parecer condicionado da DRCALEN, a um fundo com dotação de 163.000,00€, uma situação caricata e surreal.

Alertados pela CIMBAL para os vários problemas de comparticipação e consultadas várias entidades e pessoas da área, incluindo a DRCALEN, decidimos declinar a candidatura e elaborar um projeto novo, que corrija os problemas da muralha.


Perante o exposto, gastar 20.000€ numa equipa de projeto qualificada é mais que justificado.

Quanto ao Arquiteto Vítor Mestre é um Arquiteto cujo profissionalismo e competência é reconhecido pela DRCALEN, em projetos de recuperação do património.

Continuou o membro Emilio Domingues, informando que: os dois representantes desta Assembleia na CIMBAL fomos confrontados, há uns dias, com uma situação muito estranha, dado que foi-nos comunicado que a Câmara de Barrancos mantém com a CIMBAL uma dívida de 32 mil euros, há alguns meses, a qual parece preocupar o presidente do órgão, Jorge Rosa! Por outra parte soubemos que foram liquidados de maneira adiantada, em finais de 2019, à Visualforma, Lda., mais de 20 mil euros por um trabalho que, na data de hoje, ninguém viu ainda! Não há memória de uma entidade pública ou privada pagar um serviço/fornecimento e passados mais seis meses não haver entrega de nada do que foi contratado! Isto não é gestão nem é coerente, pois pagamos aqui e devemos ali sem qualquer critério!

Solicitou a palavra o primeiro Secretário e também representante da Assembleia na CIMBAL, esclarecendo que a questão colocada na CIMBAL, foi num contexto de outras questões colocadas por outras dívidas.

O senhor Presidente da Mesa, solicitou esclarecimentos a senhora Chefe da UAF, se existia alguma dívida do Município à CIMBAL?



A senhora Chefe da UAF, respondeu que a dívida à CIMBAL é no âmbito de trabalhos prestados por empresas ao conjunto dos Municípios que fazem parte da CIMBAL.

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que eram dívidas que já existiam quando este executivo assumiu funções, desde final de 2005 a 2017 e num valor ainda mais elevado, acima dos 40.000,00€. O Município, na pessoa do Presidente e da Chefe da UAF reuniram, inclusivamente, com a CIMBAL para perceber o porquê dessa dívida e sobre a qual já se pagou alguma parte. Mas como compreenderá não poderá condicionar outros projetos por causa das dívidas que foram deixadas ao longo dos mandatos anteriores.

O trabalho que a Visualforma está a prestar à Câmara Municipal de Barrancos é um processo que já foi elaborado, mas que por razões mais complexas, na área informática, ainda não está em funcionamento, tendo sido feitos os pagamentos na devida altura.

O senhor Presidente da Mesa, lamentou que os representantes da Assembleia na CIMBAL não tenham referido, na dita reunião, que o Município de Barrancos goza, felizmente, de uma saudável situação financeira, com disponibilidades de centenas de milhares de euros.

Solicitou a palavra o membro Emilio Domingues intervindo, relativamente ao projeto do Centro de Protecção Civil inscrito nas GOP para 2020, gostaria de saber como está este processo? Se já foi submetida alguma candidatura?

Qual o valor gasto pela Câmara até ao momento em projetos, levantamento topográfico, etc..?


Quanto à situação da rua de São Sebastião, rua das Bicas, rua da Boavista, rua de Moçambique, rua de Espanha, perguntou como é possível tardarem a repor um troço de calçada mais de 8 meses! Existe inoperância total da Câmara! Como Barranquenho que vive aqui há 47 anos não tenho memória de ver ruas esburacadas, com a calçada por repor tanto tempo! Chegamos ao cúmulo de ver como a resolução do problema só é feita graças a um trabalhador integrado há dias numa medida social, por via do COVID, com um contrato de um mês, sem descontos para a segurança social (algo muito criticado no passado) o qual está agora a repor a calçada naquelas ruas. De realçar que no mapa de pessoal existem lugares vagos e mais de 90 funcionários a trabalhar, além dos concursos previstos, que parecem ter esquecido esta necessidade.

Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que o projeto do Centro Municipal de Protecção Civil está orçamentado. Logo que houver oportunidade será submetida uma candidatura.

Relativamente às ruas esburacadas, referiu que, como deve ser do conhecimento do membro Emílio Domingues, uma calçada não se deve repor logo que a intervenção termine. Precisa de tempo para assentamento.

Aproveitar as medidas sociais para ir resolvendo problemas, sempre assim foi e assim será. Estar ao abrigo dessas medidas não significa que as pessoas não possam desempenhar as funções necessárias ao Município.

Os mais de 90 funcionários têm as suas funções definidas. As necessidades vão sendo colmatadas à medida que vai sendo possível abrir vagas e de acordo com os projetos e a estratégia política do Município.



O membro Emílio Domingues voltou a usar da palavra, sobre o estado de degradação do complexo das piscinas e de outros espaços verdes, dizendo apenas uma palavra: Inqualificável. Puro desleixo! Não há justificação possível para deixar ao abandono um espaço que ao longo de muitos anos foi um reclamo para todos os que nos visitavam no período do verão. Problemas na rede de abastecimento sempre houve...nunca se tardou foram cinco meses em reparar! Julgo que todos os Barranquinhos estão chocados e criticam, com toda a razão, este estado de coisas e muitos não o fazem apenas por seguidismo político.


Em resposta, o senhor Presidente da Câmara afirmou, relativamente às zonas verdes e piscinas não me parece que estejam tão descuidadas quanto isso. Outro património estava e está bem pior, fruto do desleixo de longos anos.

O membro Emílio Domingues voltou a usar da palavra, para questionar, qual a razão para a situação da Sociedade Recreativa Artística Barranquense, face ao apoio que a Câmara prestou em 2019 (com todos os problemas na deliberação e na forma como foi gerido o subsidio) ainda não se encontrar regularizada, passado mais de um ano. A entidade deveria ter concluído o processo de alteração da licença de utilização com a entrega do projeto de arquitectura, o que não sucedeu visto a ASAE, numa recente visita ao estabelecimento, ter levantado um auto à titular da exploração pela falta desse documento. Para além de que a própria Câmara estava avisada da situação irregular em que se encontrava o espaço, era necessária nova licença de utilização que a Câmara, enquanto entidade licenciadora, deveria ter providenciado logo que concluída a obra e que não o fez. Nem foi cumprido o protocolo que determinou a concessão do apoio nem foi cumprida a lei geral.

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que um dos objetivos deste executivo era não deixar encerrar uma coletividade centenária, a outra questão é da responsabilidade do utilizador. Era uma questão de opção da Direção se explorava o bar ou o concessionava, que foi o que aconteceu. Sendo que as questões dos pedidos de licenciamento ou alvarás não são uma responsabilidade municipal. Apesar de ajudar sempre que necessário.

O membro Emílio Domingues voltou a usar da palavra, para questionar, relativamente à proposta do apoio financeiro à IPSS Lar Nª Sª da Conceição, disse: só estranhar que não haja uma igual para a AH dos Bombeiros Voluntários Barrancos, pois como é do conhecimento geral em 2020 ficou definido no regulamento de execução das medidas do orçamento uma comparticipação extraordinária de 144 mil euros, a qual irá passar no ano de 2021 para pouco mais 91.440 euros (menos 60 mil euros) o que vai deixar a AHBVB numa situação muito difícil. Julgo que em termos de justiça e equiparação das entidades deveríamos ter uma solução disponível e imediata que contemplasse a revisão do protocolo dos Bombeiros.

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que, os apoios a estas Instituições estão previstos e irão ser revistos quando terminarem ou quando tal se justificar e houver disponibilidade financeira.



O membro Emílio Domingues voltou a usar da palavra, para questionar, a respeito da revisão do orçamento apresentada, em que tipo de eventos é que a Câmara Municipal prevê gastar, até ao final do ano de 2021, o valor de 67.881 euros, como é indicado?

O senhor Presidente da Câmara, respondeu que serão de acordo com as necessidades do município e a conjuntura o aconselhar.

Seguidamente o membro Davide Pica, interveio dizendo que concordava com o que tinha acabado de ser dito da parte do deputado da bancada da CDU e acrescentou que foi um dos que se tinha manifestado nas redes sociais à imagem do que vem fazendo nos últimos três anos.

Dito isto, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre vários pontos da informação à Assembleia Municipal, nomeadamente:

1 - Na explicação que dá da substituição total do ramal diz que "chegaram à conclusão que esta era a solução"...

Quem é o responsável por esta conclusão? Arquiteto, engenheiro, canalizador?

Qual é o custo/orçamento total desta intervenção?

Foi preciso fazer algum projeto para esta intervenção?

Porque levaram tanto tempo para fazer esta intervenção?

O senhor Presidente da Câmara, respondeu que, foi uma decisão técnica, tendo um custo previsível de 6.000,00€ mil euros, não sendo necessário qualquer projeto e a intervenção foi efetuada quando possível.

O membro Davide Pica, disse: Aproveito a deixa do Sr. Presidente dizendo que se só existe um canalizador disponível na autarquia para perguntar porque de não abrir concursos para pedreiros, canalizadores, calceteiros ou seja assistente operacional em vez de aprovarem mapas de pessoal com concursos para vagas que a autarquia não necessita?!

O senhor Presidente da Câmara respondeu que os lugares do quadro relativamente a essas categorias estavam preenchidos, abrindo apenas os estritamente necessários para implementar a estratégia deste executivo.

Em resposta o membro Davide Pica, disse: os mesmos estão cheios/saturados quando convém mas quando não convém, bem que se arranjam concursos para meter quem querem ou dá jeito!

Mais, ainda relativamente ao à ligação do ramal, o membro Davide Pica, questionou:

Tendo a Câmara recursos humanos para fazer este tipo de intervenção, justificava-se recorrer a uma empresa de fora?

A autarquia tem retro e manobrador de retro!

Não estávamos capacitados para, no mínimo, abrir a vala e poupar esse dinheiro que podia ser investido noutras coisas!?

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que, a retro está avariada e não havendo previsão de reparação, não quis adiar por mais tempo a reparação do ramal.

Relativamente às Piscinas Municipais, o membro Davide Pica, disse:

*“Entendo as preocupações demonstradas mas não entendo os motivos evocados!
Pelo que percebi, decidiram não abrir as piscinas por culpa dos frequentadores espanhóis!
A mim, isso não me parece justo nem politicamente correto e pode mesmo vir gerar um
mal-estar entre os nossos vizinhos e nós! Não bastava a fronteira como agora vir dizer que
eles são um dos motivos de não abrir a piscina! Para mim isso é preconceituoso!
Porque não ser transparente e admitir que as piscinas não se abrem devido aos motivos
técnicos que estão a vista de todos? Ou seja esta vala enorme que está aberta mesmo em
frente ao cineteatro para a arranjar a rutura da conduta de água que abastece as piscinas.
Prevenção!*

*Assim sendo será melhor montar uma cerca sanitária em Barrancos, pois ouvi dizer que a
coitadinha tinha tudo reservado este verão e indo ao encontro do seu pensamento, por
prevenção, seria melhor aconselhar a EDIA a anular as reservas e dizer aos restaurantes
locais que não abram as portas aos espanhóis.*

*Ainda acrescentei mais uns quantos exemplos de prevenção e o Sr. Presidente da
Assembleia disse-me que tinham percebido onde eu queria chegar.”*

Quanto aos Espaços Verdes, o membro Davide Pica, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte:

Fala em alterações, quando é que vão ser efetuadas essas alterações?

Todos os espaços verdes vão sofrer alterações?

O Parque de Feiras e Exposições também vai ter alterações?

Porque, tendo água e rega automática se deixou chegar ao ponto em que se encontra? Estão regando esta noite, coincidência?!

Quando o Sr. Presidente me respondeu a mim, e pela mesma ocasião, á Assembleia, dizendo que era inútil andar a gastar dinheiro com água regando os espaços verdes, visto as obras avançarem em breve, respondi:


“Se é inútil, porque andam os bombeiros gastando milhares de litros de água regando os espaços verdes da piscina?

Acrescentou que, tinha falado com jardineiros e pessoas entendida na matéria, visto que eu não percebia nada do assunto e que os mesmos me tinham dito que o que se andava a fazer nas piscinas, andarem os bombeiros regando o que lá se encontra, ou seja, pasto da altura do palco, não servia para nada, que era inútil e que ainda estavam a piorar as coisas. Só estavam gastando dinheiro em vão! O que se tinha que ter feito antes de voltar a regar era cortar o pasto todo bem rente ao chão e ai sim, começar a regar outra vez.

Terminou a sua intervenção dizendo:

Até essas alterações serem efetuadas, nunca deveriam ter deixado estes espaços verdes chegarem ao ponto degradante em que se encontram pois os mesmos são uns dos postais de Barrancos e a imagem que transmitem é de um total abandono dos nossos espaços verdes.

O senhor Presidente esclareceu que nos espaços verdes, irá haver as alterações necessárias para melhorar o que for possível e sempre no sentido da poupança da água. Devendo aguardar-se pelo futuro para perceber se os espaços verdes mencionados estão assim tão degradados como é afirmado. As formas de intervenção da Câmara estão de acordo com as práticas aconselháveis para estas situações.



Tomou a palavra o senhor Presidente da Mesa, questionando o senhor Presidente da Câmara se o corte do ramal, de ligação às Piscinas Municipais, prejudicou/impediu o abastecimento publico de água à população da zona envolvente, tendo o senhor Presidente da Câmara respondido que não e que essa foi sempre a prioridade.

Antes de terminar o senhor Presidente da Mesa, referiu que gostaria de ter debatido, nesta sessão, o impacto social e cultural da pandemia, nomeadamente, nas datas festivas (Fêra) que se aproximam mas, em virtude da sessão ter esgotado o tempo disponível, poderá debater-se este tema proximamente.

Sobre a questão da “Fêra”, o membro Emilio Domingues, disse que, não sendo matéria que deva ser objecto de deliberação por parte deste órgão deliberativo, estão disponíveis para discutir o assunto.

Seguidamente não havendo mais questões a colocar, o senhor Presidente da Mesa, informou que iriam passar à votação dos pontos da Ordem de Trabalhos.

Deliberação n.º 13/AM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO Dr. CARLOS MANUEL CHARNECA MOLEIRINHO GRENHA, COMO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS: Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. Contudo estes documentos quando sejam obrigados, nos termos da lei, à adoção de contabilidade patrimonial, como é o caso do Município, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados por revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

Para cumprimento do previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal de Barrancos deu início ao procedimento de contratação dos serviços (Ajuste Direto n.º 06/UAF/SGF/2020), com a empresa Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.

A empresa indicou como auditor externo para verificação das contas do município, o Dr. Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha, que deverá ser nomeado oficialmente para o desempenho das funções pelo órgão deliberativo do Município sob proposta do executivo.

Face ao exposto e sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 055/CM/2020, de 15/06/2020, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com seis abstenções dos membros da CDU e nove votos a favor dos restantes membros, aprovar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a nomeação do Dr.º Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha, como revisor oficial de contas do Município de Barrancos, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. (Aprovado em minuta - doc. quatro da pasta anexa)

Deliberação n.º 14/AM/2020 – APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO 2020: Em cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, com base na Inf. n.º 22/2020/UAF/SGF, de 08/06/2020 e sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 057/CM/2020, de 15/06/2020, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com seis abstenções dos membros da CDU e nove votos a favor dos restantes membros, aprovar, a 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais do Município de Barrancos para o ano de 2020, a qual importa em reforço o valor total de €269.713,00 (duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e treze euros), a 2.ª Revisão às Atividades Mais Relevantes – AMR, a qual importa em reforço o valor total de €279.961,00 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e um euros) e a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI, a qual importa em reforço o valor total de €51.000,00 (cinquenta e um mil euros).

(Aprovado em minuta - doc. cinco da pasta anexa)

Deliberação n.º 15/AM/2020 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRANCOS E A IPSS – LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE BARRANCOS: Analisado o documento em título, submetido à votação, sob proposta da Câmara Municipal aprovada pela deliberação n.º 058/CM/2020, de 15/06/2020, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar, ao abrigo e nos termos da alínea k) do n.º 2 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/9, o seguinte:

Artigo 1º - Autorizar a celebração do Protocolo de Cooperação entre o Município de Barrancos e a IPSS – Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos, NIPC 504395050, com sede no Largo Tenente António Augusto de Seixas, s/n, por um período de 18 meses, com efeitos reportados a 1 de julho de 2020 e termo em 31/12/2021.

Artigo 2º - Para cumprimento do disposto no nº 1 da cláusula 4ª do respetivo protocolo, autorizar a UAF/SGF, a promover os procedimentos administrativos e financeiros necessários à transferência da comparticipação municipal fixada, até ao dia 20 de cada mês.

Artigo 3º - Aprovar, em cumprimento do nº 2 do artigo 93º das Normas de Controlo Interno, a minuta do Protocolo referido no artigo 1º, que a seguir se transcreve na íntegra:

“TRANSCRIÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BARRANCOS E A IPSS – LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE BARRANCOS

Entre o Município de Barrancos, NIPC 501081216, com sede na Praça do Município, n.º 2, Barrancos, representado pelo presidente da CMB, João António Serranito Nunes, como primeiro outorgante,

e

A Associação “Lar Nossa Senhora da Conceição de Barrancos” doravante LNSCB, NIPC 504395050, com sede no Largo Tenente António Augusto de Seixas, s/n, em Barrancos, representado pelo Presidente da Direção, Francisco José Pelicano Rúbio e pelo tesoureiro, José Domingos Mendes Marques, como segundo outorgante.

É celebrado o presente protocolo de cooperação, regido pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto e finalidade)

1 - O presente Protocolo de Cooperação tem por objeto a cooperação técnica e financeira entre as partes, tendo como finalidade a concretização do processo de desenvolvimento social integrado no âmbito da solidariedade e ação social destinada à comunidade em geral, com especial relevância para os grupos mais desfavorecidos e socialmente vulneráveis, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio geral ao funcionamento da instituição, para melhoria da qualidade dos serviços prestados no âmbito das respostas sociais tradicionais - Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia, Apoio Domiciliário, e ainda a Creche;
- b) Apoio geral para comparticipação de despesas de conservação e manutenção das instalações e/ou equipamentos sociais;

3 - O presente protocolo tem ainda como objetivos, **o desenvolvimento de um projeto piloto de SAD Integrado, como resposta social inovadora a nível local**, que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

Cláusula 2ª
(Direitos e Obrigações das partes Outorgantes)

1 - Para execução do presente protocolo, compete ao Município de Barrancos:

- a) Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo segundo outorgante tendo em vista os objetivos de cooperação definidos;
- b) Processar e transferir os quantitativos financeiros previstos nos termos e nas condições da cláusula 3ª;

2 - Para execução do presente protocolo, compete ao LNSCB:

- a) Realizar as ações previstas no seu plano de atividade e que são objeto do apoio, no âmbito deste acordo;
- b) Desenvolver o projeto piloto referido no nº 3 da cláusula 1ª;
- c) Fornecer toda a informação que for solicitada pelo primeiro outorgante, para efeitos de acompanhamento, controlo e avaliação do protocolo;
- d) Elaborar e enviar para o primeiro outorgante os relatórios das ações desenvolvidas;
- e) No âmbito da sua ação cumprir as leis em vigor e os regulamento municipais.

Cláusula 3ª
(Comparticipação financeira)

Para a prossecução dos objetivos definidos na cláusula 1ª do Protocolo, o Município de Barrancos atribuiu ao LNSCB, um subsídio mensal a fundo perdido, no valor de 12 mil euros, transferido para a conta bancária para o IBAN indicado previamente pela instituição.



Cláusula 4ª

Acompanhamento e controlo da execução do acordo

1 - A execução do presente Protocolo será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pela UASC (Unidade de Ação Sociocultural), que, para o efeito, promoverá reuniões conjuntas com a direção do LNSCB, podendo aquele serviço solicitar toda a informação que considere pertinente para a avaliação do mesmo.

2 - A informação referida na alínea c) do nº 2 da cláusula 2ª, será materializada mediante relatório anual de monitorização, que deve ser apresentado ao Município, através da UASC, nas seguintes datas:

a) Até 30/01/2021 - com informação reportada a 2020;

b) Até 30/01/2022 - com informação reportada a 2021.

3 - O relatório referido no número anterior, complementado com a informação técnica de avaliação/validação da UASC, será submetido à apreciação da CMB e da AMB, em anexo ao Relatório de Atividades.

Cláusula 5ª

(Inscrição de Dotação Orçamental)

As verbas que asseguram a execução deste Protocolo serão obrigatoriamente inscritas no orçamento do município de Barrancos, em programa/ação ou projeto criado para o efeito nos seus documentos previsionais.

Cláusula 6ª

(Alterações ao Protocolo)

1 - Qualquer alteração ou adaptação por qualquer um dos outorgantes dos termos ou dos resultados previstos neste Protocolo, carece de acordo prévio escrito entre as partes.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o presente Protocolo poderá sempre ser modificado ou revisto pelo primeiro outorgante, quando, em virtude da alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa ou manifestamente inadequada à realização do interesse público.

Cláusula 7ª

(Resolução)

O incumprimento, por uma das partes, das obrigações assumidas no presente documento, poderá dar origem à resolução do mesmo por iniciativa da outra parte.

Cláusula 8ª

Dúvidas e Omissões

A resolução das dúvidas e omissões serão sempre resolvidas por deliberação conjunta da CMB e do LNSCB, constando de aditamento automático ao presente protocolo.

Cláusula 9ª

(Período de vigência)

O presente Protocolo produz efeitos administrativos e financeiros a partir de 1 de julho de 2020, sendo válido até 31 de dezembro de 2021, sem prejuízo da sua eventual renovação, por período de um ano, nos 90 dias seguintes à instalação da CMB (mandato 2021/2025).
(Aprovado em minuta - doc. seis da pasta anexa)

Deliberação n.º 16/AM/2020 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A CORREÇÃO/ACERTO DOS LIMITES DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE BARRANCOS: Com base na informação n.º 49/2020/UOSU, de 05/06, sob proposta da Câmara Municipal aprovada pela deliberação n.º 062/CM/2020, de 15/06/2020, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com seis abstenções dos membros da CDU e nove votos a favor dos restantes membros, aprovar, ao abrigo e nos termos do n.º 1, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua redação atual, a proposta de Correção/Acerto dos Limites da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Barrancos.
(Aprovado em minuta - doc. sete da pasta anexa)

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA: Em cumprimento do estabelecido no n.º 5, do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 19/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e do n.º 5 do artigo 24º do Regimento, o senhor presidente da Mesa da Assembleia questionou os senhores vereadores presentes se queriam exercer o direito de defesa de honra ou consideração. Não se registou qualquer intervenção dos vereadores presentes.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, eram vinte e quatro horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior da UAF/SRHAG designado para o efeito, nos termos do n.º 2 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 18/09 subscrevi e assino juntamente com o senhor Presidente da Assembleia.

O Presidente da Assembleia,


(Nelson José Costa Berjano)

O Secretário,


(Francisco José Pelicano Rúbio)